



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA**

ERICKA MORGANA BENTO TRIGUEIRO DE ARAÚJO

**DESEMPENHO ACADÊMICO DOS EGRESSOS DO CURSO DE MEDICINA
VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**AREIA
2022**

ERICKA MORGANA BENTO TRIGUEIRO DE ARAÚJO

**DESEMPENHO ACADÊMICO DOS EGRESSOS DO CURSO DE MEDICINA
VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Medicina Veterinária pela Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Emanuelle Alicia S. V.

**AREIA
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663d Araújo, Ericka Morgana Bento Trigueiro de.
Desempenho acadêmico dos egressos do curso de
Medicina Veterinária da Universidade Federal da Paraíba
/ Ericka Morgana Bento Trigueiro de Araújo. -
AREIA:s.n, 2022.
44 f. : il.

Orientação: Emanuelle Alicia Santos Vasconcelos.
TCC (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Medicina Veterinária. 2. Perfil socioeconômico.
3. Meritocracia. 4. Políticas públicas. I. Vasconcelos,
Emanuelle Alicia Santos. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

CDU 636.09(02)

ERICKA MORGANA BENTO TRIGUEIRO DE ARAÚJO

DESEMPENHO ACADÊMICO DOS EGRESSOS DO CURSO DE
MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Medicina Veterinária pela Universidade
Federal da Paraíba.

Aprovado em: 15/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos

Prof. Dr. Emanuelle Alicia S. Vasconcelos (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Alexandre José Alves

Prof. Dr. Alexandre José Alves
DCV/CCA/UFPB
SIAPE: 338847-1

Prof. Dr. Alexandre Jose
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Edivaldo da Silva Pereira

MV. Edivaldo Pereira da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e meus amigos de luz, por todos os momentos em que pensei em desistir, dias de tristezas e de dificuldades me deram forças para continuar. Agradeço também a minha mãe Irani Bento da Silva que nunca duvidou da minha capacidade, meu irmão João Damião dos Santos Junior (Juna) e minha avó Irene Ferreira de Lima (In memoriam).

Á minha orientadora Emanuelle por ser essa pessoa maravilhosa e sem defeitos, sempre se mostrando disponível em todos os momentos de dúvidas e dificuldades.

Ao meu namorado Leonardo do Nascimento Máximo pela paciência, conselhos e ajuda durante toda a caminhada, aos meus amigos de curso Cibelle, Crislane, Ricardo, Ana Paula, Mariana, Rogéria, Isis, Renally, Carol, Karlinha, Larissa e em especial a Zuleica, sem vocês tudo teria sido mais difícil, aos meus colegas de quarto Samara, Júlia e Yara. Aos meus amigos da vida Ângela e Livia por toda a força e palavras de carinho. E por fim, mas não menos importante queria agradecer aos meus animais, Brisa, Dante e Mauro, obrigada por todo o apoio emocional.

Obrigada a todos!

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Variáveis utilizadas no Modelo de MQO.....	25
---	----

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCA Centro de Ciências Agrárias

ENADE Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

FIES Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES Instituto de Ensino Superior

IGC/SINAES Índice Geral de Cursos/Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC Ministério da Educação

MEC/SESU Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Superior

MQO Método de Mínimos Quadrados Ordinários

MRM Modelo de Regressão Múltipla

PROUNI Programa Universidade para Todos

REUNI Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAES Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SNPG Sistema Nacional de Pós graduação

SISU Sistema de Seleção Unificada

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFS Universidades Federais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Medidas que compõem o IGC/SINAES – 2019.....	19
Figura 2 – Cor/raça - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	28
Figura 3 - Situação no trabalho - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	32
Figura 4 – Ingresso por políticas afirmativas - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	34
Figura 5 – Tipo de auxílio que é recebido - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	35
Figura 6 – Notas gerais dos estudantes - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	36
Figura 7 – Determinantes do desempenho acadêmico - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados referentes ao sexo dos estudantes - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	29
Tabela 2 - O grau de escolaridade dos pais dos estudantes (% do total) - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	30
Tabela 3 – O grau de escolaridade das mães dos estudantes - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	30
Tabela 4 – Distribuição quanto a renda familiar dos estudantes (% do total) - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	31
Tabela 5 –Tipo de escola que concluiu o ensino Médio - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	31
Tabela 6 – Quantas horas de estudo semanalmente - Dados referentes ao curso de Medicina veterinária UFPB- 2013, 2016, 2019.....	33

RESUMO

O acesso ao ensino superior, através de políticas públicas de Educação, não mitigou a dicotomia sobre o ingresso de estudantes na graduação, de maneira a persistirem os impactos de fatores socioeconômicos sobre o acesso, permanência e conclusão dos estudantes nas graduações. O presente estudo busca identificar o perfil socioeconômico e a influência deste no ingresso e conclusão do curso dos graduandos de Medicina Veterinária do Campus II da Universidade Federal da Paraíba. Os dados bases utilizados nesta pesquisa foram obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. A metodologia: a amostra refere-se ao perfil socioeconômico dos discentes de Medicina Veterinária do Campus de Ciências Aplicadas/UFPB dos anos de 2013, 2016 e 2019, um total de 115 alunos. A pesquisa tem caráter descritivo e quali-quantitativa; o modelo estatístico utilizado foi de Mínimos Quadrados Ordinários. Dentre os resultados obtidos: a) pretos e pardos juntos ultrapassaram (14,28%) dos alunos brancos graduandos, mas somente 1 discente indígena em 2019; b) o percentual geral de alunas ultrapassa os (40%); c) a maioria dos alunos (72%), mantidos financeiramente por familiares, dedicam mais de quatro horas semanais aos estudos; d) as mães dos discentes possuem maior escolaridade de graduação e pós-graduação (51,85%) comparada aos pais; e) em 2019, (81,48%) ingressaram no curso através da ampla concorrência e cerca de (19%) através de políticas públicas de ações afirmativas. Foi possível assegurar que a influência socioeconômica impacta na realidade acadêmica dos discentes, desde o seu ingresso até a conclusão do curso. Embora as políticas públicas de ações afirmativas tenham possibilitado o acesso dos descendentes dos povos originários, pardos e alunos vindos de escolas públicas, persistem as disparidades.

Palavras-chave: perfil socioeconômico; meritocracia; políticas públicas.

ABSTRACT

Access to higher education, through public education policies, did not mitigate the dichotomy regarding the admission of undergraduate students, in a way that the impacts of socioeconomic factors on the access, permanence and completion of undergraduate students persist. The present study seeks to identify the socioeconomic profile and its influence on the admission and completion of the course of Veterinary Medicine students at Campus II of the Universidade Federal da Paraíba. The basic data used in this research were obtained from the website of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and the National Student Performance Examination. The methodology: the sample refers to the socioeconomic profile of Veterinary Medicine students from the Campus of Applied Sciences/UFPB in the years 2013, 2016 and 2019, a total of 115 students. The research is descriptive and qualiquantitative; the statistical model used was Ordinary Least Squares. Among the results obtained: a) blacks and browns together surpassed (14.28%) of white undergraduate students, but only 1 indigenous student in 2019; b) the overall percentage of female students exceeds (40%); c) most students (72%), supported financially by family members, dedicate more than four hours per week to studies; d) mothers of students have higher undergraduate and graduate schooling (51.85%) compared to fathers; e) in 2019, (81.48%) joined the course through broad competition and (19%) through public affirmative action policies. It was possible to ensure that the socioeconomic influence impacts on the academic reality of the students, from their admission to the conclusion of the course. Although public policies of affirmative action have made access possible for descendants of indigenous peoples, brown people and students from public schools, disparities persist.

Keywords: socioeconomic profile; meritocracy; public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 Breve histórico da educação do ensino superior no Brasil	12
2.2 Políticas públicas de educação superior	15
2.3 Avaliação da qualidade da educação superior	17
2.4. A meritocracia	19
2.5 Perfil socioeconômico dos discentes do curso de Medicina Veterinária no Brasil	20
2.5.1 Dados ENADE 2013	20
2.5.2 Dados ENADE 2016	21
2.5.3 Dados ENADE 2019	22
3 METODOLOGIA	24
3.1 Fonte de dados	24
3.2 Tratamento e análise de dados	24
3.3 Modelo Estatístico: Mínimos Quadrados Ordinários	24
3.3.1 Modelo Estatístico.....	24
3.3.2 Variáveis.....	25
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 Perfil socioeconômico dos egressos de Medicina veterinária da UFPB	27
4.2 Políticas públicas de acesso, assistência e permanência no curso de Medicina Veterinária da UFPB.....	33
4.3 Análise do desempenho acadêmico dos estudantes e do Modelo Empírico de MQO.....	36
5. CONCLUSÃO	39
6. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA	41

1. INTRODUÇÃO

Acesso, permanência, desempenho, egresso, conclusão são alguns termos usados nas realidades da educação, sendo os mesmos influenciados por diferentes fatores socioeconômicos e culturais.

No contexto de educação superior pública, houve o aumento dos números de instituições e vagas (Neves, 2016), bem como maneiras que atendessem estudantes em realidades de vulnerabilidades socioeconômicas, as quais podem influenciar na permanência, desempenho, conclusão ou evasão nos estudos.

De modo geral, os graduandos detêm compreensões, competências, desempenhos diferentes entre si. Desta maneira, o reconhecimento de tais diferenças sociais, econômicas, e culturais devem ser considerados também no processo de aprendizagem na graduação.

Para Zago (2006, p. 229), é relevante o acompanhamento do graduando no acesso, permanência, exigências do curso, necessidades socioeconômicas.

A democratização do acesso ao ensino superior, com políticas de financiamento e outras medidas inclusivas não diminuíram o impacto das origens sociais no acesso, permanência e conclusão dos estudantes, pois tais ações estão permanente e fortemente influenciadas pela origem social e econômica dos alunos.

Discussões e pesquisas acerca do constante aprimoramento da qualidade do ensino em seus vários níveis de aprendizagem fazem parte da política de avaliação educacional; não podendo ser negadas as disparidades socioeconômicas as quais estão inseridos os estudantes brasileiros. Disparidades tais, que, em sua maioria, podem determinar o desempenho dos alunos.

Desta maneira, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os fatores que impactam no desempenho acadêmico do egresso do curso Medicina Veterinária, do Campus II, da Universidade Federal da Paraíba (CCA/UFPB), por meio na nota resultante no ENADE nos anos de 2013, 2016 e 2019. De forma específica, objetiva-se identificar o perfil socioeconômico dos estudantes do referido curso, analisar o alcance das políticas públicas de acesso, assistência e permanência estudantil.

A relevância do presente estudo dá-se pela contribuição do mesmo em pesquisas do ensino superior, e para lançar luz nos encaminhamentos de políticas educacionais voltadas para o curso de Medicina Veterinária da UFPB, sob perspectiva supramencionada.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve histórico da educação do ensino superior no Brasil

As primeiras instituições de ensino superior brasileiro, comparado aos contextos da América Latina e Europa, foram criadas tardiamente no início do século XIX a partir da chegada da corte portuguesa (1808) a colônia e, cuja função era de assessorar em assuntos específicos na corte (MARTINS, 2002).

Em 1824, Dom Pedro I insere na Constituição sucinto trecho sobre a Educação como (...) *A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos; XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes* (RAPOSO, 2005).

No período republicano (1889), o Congresso Constituinte, nos arts. 35 e 72 buscou assegurar o direito as letras, artes, ciências; a criação criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; leigo devia ser o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos (OLIVEN, 2002).

Data de 1808, através de Decreto, as primeiras escolas brasileiras de Medicina – Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro; Medicina de Ouro Preto (1839) (MARTINS, 2002).

No império (1889), havia seis escolas superiores na formação de juristas, médicos e engenheiros. Decretos imperiais criaram as Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo. Anteriormente, em 1814, surgiram os cursos de Agricultura e a Real Academia de Pintura e Escultura (FOCHI, 2017; MARTINS, 2002).

Após mais de um século, o quantitativo de escolas de ensino superior mais que quadruplicaram, por exemplo, em 1913, tem-se as Escolas Universitária Livre de Manaus e Universidade do Paraná (MARTINS, 2002). A Universidade do Rio de Janeiro (UJR), a primeira no Brasil, foi fundada em 1920, através do Decreto nº 14.343. A UJR foi criada com a união das Escolas Medicina, Politécnica e Direito, respaldada pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e Associação Brasileira de Ciências (ABC) (FÁVERO, 2006).

O objetivo, a formação dos profissionais primavam pelo diploma para o mercado de trabalho e *status* social.

A ideia de universidade mobilizou gerações de propositores e críticos desta forma de ensino. O projeto elaborado pela elite intelectual laica

defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior (MARTINS, 2002).

As discussões sobre as funções sociais, características científicas e de pesquisa começaram a se tornar pautas sobre as universidades no início de 1920, com a agregação de tríade ciência-cientistas-pesquisa como compromisso das universidades.

Após uma década, Getúlio Vargas (1931) realizou uma reforma educacional “Reforma Francisco Campos, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, bem cobrança de anuidade, pois o ensino público não era gratuito. A Reforma tornou possível a concessão da autonomia relativa à universidade.

A Era Vargas, especificamente em 1934, a Constituição confere a Educação como

direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (Cap. II Da Educação e da Cultura, art. 149).

A Educação compreendida abrangentemente como direito social à educação.

A universidade poderia ser federal, estadual, municipal e particular, sendo obrigatórios terem: uma reitoria, setor administrativo, autonomia jurídica e incluir determinados cursos como Ciências e Letras, Educação, Engenharia (OLIVEN, 2002, p. 3).

No início de 1950, no contexto do desenvolvimento industrial e econômico brasileiro a população começou a perceber as situações precárias e dispare nas universidades brasileiras, sendo suscitadas propostas para o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (FÁVERO, 2006, p. 29).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024) deu continuidade a relevância do ensino junto com a pesquisa.

A reforma de 1968 – Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) – marcou o ensino superior com a não dicotomia entre ensino e pesquisa; o surgir de sistema de créditos; o vestibular classificatório; os cursos de curta duração e o ciclo básico

(OLIVEN, 2002, p. 7). Nos anos seguintes, foram elaboradas normativas que regulamentaram a expansão do sistema nacional de Educação Superior.

A Constituição Federal (1988), possibilitou, permitiu a autonomia universitária; a tríade ensino-pesquisa-extensão; o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. A CF de 1988 contempla também a participação da família, a sociedade no ato de educar.

A educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolver num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana e incentivada com a colaboração da sociedade (Constituição Federal, art. 205, 1988).

Em 1997 e 2001, sancionados os Decreto nº 2.306 e nº 3.860, foram estabelecidos os regimentos do sistema federal de ensino e a modalidade de financiamentos.

O MEC (Ministério da Educação) realizou, em 2010, a reforma da Educação Superior no Brasil e, objetivando melhorar e democratizar o acesso às instituições de ensino, com alguns apontamentos relevantes e necessários, por exemplo, não separar ensino, pesquisa e extensão; ordenar o processo de expansão da Educação Superior; redefinir as funções de MEC, Capes, Sesu, CNE, INEP etc (MACEDO et. al., 2005, p. 133).

Conforme a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, apresenta as normas as quais as universidades devem ser detentoras, a saber: a) produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes; b) um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado e doutorado; c) terço do corpo docente em regime de tempo integral; d) ter autonomia didática, científica, administrativa.

Quanto à modalidade de cursos oferecidos, a LDB (art 44, Lei 9.394/96), ter-se-á:

- Cursos por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência;
- Graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio e/ou equivalente, ou tenham sido classificados em processo seletivo;

- Pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, especialização;
- Extensão.

O Decreto Nº 9.057/2017 versa sobre educação a distância a modalidade educacional através do uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com profissional qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis.

No mesmo ano, o Decreto nº 9.235/2017, explicita sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, bem como dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Contextos diversos, aos quais estão submetidos os discentes e a Educação, estão presentes na História, por exemplo, a pandemia do coronavírus SARS-Cov2 em 2020, causadora de mudanças drásticas na população mundial – fechamento generalizado de instituições de ensino, como escolas, faculdades e universidades (UNESCO, 2020).

No Brasil, as Portarias nº 345/2020 e nº395/2020) juntamente com a Medida Provisória (n. 934/2020), autorizavam a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, exceto estágios, práticas de laboratório, os internatos. Todavia, antes da pandemia, a Educação a Distância (EaD), fora definida pelo Decreto 5.622/2005, bem como o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB). No EaD a interação ocorre através de meios tecnológicos, sendo as atividades serem síncrona ou assíncrona (KAPLAN; HAENLEIN, 2016) e, em 2020, mais de 89,4% das universidades federais estavam com as atividades de ensino suspensas (BRASIL, 2020).

2.2 Políticas públicas de educação superior

O contexto político para o surgimento de uma política pública inicia com *inputs* (demandas sociais) ou *withinputs* (demanda do próprio sistema político), com conseqüente *outputs* (respostas) (RUA, 2009, p. 31). Dentre estudiosos sobre o tema, Lasswell, apresenta a política pública como corresponde ao Estado em ação, executando medidas para garantir o interesse público. Há fases do ciclo de políticas públicas: formação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação. Na prática os estágios não são sequenciais ou

obrigatórios em sua plenitude. Tudo vai depender da situação política e econômica (HOWLETT, RAMESH, 2013).

A partir de 1990, o acesso de parcela considerável de cidadãos e cidadãs ao Ensino Superior brasileiro, tornou-se possível, dentre outras, através de políticas públicas de educação superior, políticas inclusivas e compensatórias.

Consideravelmente intrínsecas as políticas públicas, tem-se os direitos que objetivam assegurar direitos básicos aos cidadãos (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). Neste contexto, programas de acesso ao ensino superior buscam mitigar as disparidades sociais (CURY, 2005). As políticas públicas de acesso ao ensino superior público são iniciativas de inclusão de grupos considerados excluídos, ou seja, a inclusão de afrodescendentes, pessoas sem condições econômicas; deficientes, povos originários.

Segundo Ramalho (2013, p. 76) as políticas públicas, no âmbito da Educação:

podem ser consideradas políticas públicas sociais, por seus objetivos de formação para a cidadania e por buscar propiciar aos indivíduos a melhoria de sua condição social. Nesse sentido, acreditamos que as políticas de assistência estudantil também podem ser inseridas nessa categorização, por seu aspecto redistributivo e pela sua preocupação com a equidade.

Desta maneira, as políticas públicas no meio acadêmico buscam auxiliar discentes cujas realidades, necessidades precárias socioeconômica causem danos no desempenho dos estudos, mitigando as diferenças socioeconômica e seus amplos aspectos.

Conforme dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), a partir de 2006, diversas políticas e programas de acesso ao ensino superior, foram criados e implantados. Inicialmente, o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) ampliou a quantidade de vagas públicas. Em seguida tivemos:

- FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior): criado em 1999, financiada pela Caixa Econômica Federal; destinado a financiar a graduação de estudantes sem condições financeiras de cursar a graduação; financiando cerca de 50% do valor da mensalidade. O estudante tem os deveres de estar regularmente matriculado em instituição privada, cadastrada no Programa e com avaliação positiva do

MEC. A partir de 2005, o FIES possibilitou aos estudantes selecionados pelo ProUni o uso da bolsa parcial de 50%, para pagar graduação.

- Políticas de Ação Afirmativa: também nominado de Programa de Inclusão Racial e Social; ou seja, as cotas para afrodescendentes, indígenas e estudantes egressos do ensino médio cursado em escola pública. Estabelecem o mínimo de 50% das vagas instituições desde que tenham cursado integralmente o ensino médio na rede pública.

- PROUNI (Programa Universidade para Todos): Lei nº 11.096, disponibiliza bolsas de estudo integral e parcial para estudantes de cursos de graduação egressos do ENEM, bem como ter renda familiar de três salários-mínimos por pessoa/familiar e, ter cursado o ensino médio completo em escola pública.

- INCLUIR: abrange pessoas com algum tipo de deficiência congênita, adquirida, permanente ou transitória.

- SISU (Sistema de Seleção Unificada): sistema informatizado; Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010; oferecem vagas para candidatos do ENEM; avaliação do ensino médio; de seleção para bolsas do ProUni; para ingresso nas IES públicas (BRASIL, 2010). O SISU tem uma tríade de relevâncias: o processo de ocupação das vagas econômico e eficiente; mobilidade geográfica, ou seja, estudantes podem se candidatar a vagas em todo o território nacional; inclusão social (Lei de reserva/cotas nº 12.711/2012) (BRASIL, 2012; NOGUEIRA et al, 2017).

2.3 Avaliação da qualidade da educação superior

A avaliação e padrão de qualidade de ensino possui respaldo na Lei, a saber: Constituição de 1988 (Art. 206, Inc. VII); Art. 208, Inc.II; Art. 214, Inc. III. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Art. 9º, Incisos VI, VIII e IX), Estado e União devem assegurar

processo nacional de avaliação do rendimento escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; assegurar processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior; e autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos e as instituições de educação superior (LIMA, 2020).

Notadamente, desde 1990, a qualidade dos cursos de graduação brasileiros considerava o desempenho de alunos a partir de provas nacionais. A partir de 2000,

começaram a serem consideradas também aspectos pedagógicos, didáticos, estruturais, qualificação dos docentes.

O MEC designa, por meio das Portarias MEC/SESU nº 11 e nº 19, ambos de 2003, a CEA (Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior). No ano seguinte, conforme a Lei nº 10.861, há a criação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), cujos pontos norteadores são: avaliações permanentes e externas; avaliação dos cursos de graduação e ENADE.

A partir de dados obtidos pelo INEP (2018), de 2002 a 2006, o país contava com 88,2% de Instituições de Ensino Superior, sendo necessário e exigentes estudos acerca da qualidade do ensino ofertado nas IES. Sendo assim, o MEC (Ministério da Educação), elaborou um conjunto de parâmetros – conceitos sobre cursos, instituições e programas de educação – a fim de submeter a Educação Superior no país a uma avaliação qualitativa. Com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), a avaliação seria realizada através de discentes concluintes da graduação, submetidos a uma “prova” avaliativa. Os resultados permitiriam discussões, análises para avaliar a excelência ou não da educação universitária no Brasil.

A aplicabilidade de definições de qualidade no âmbito educacional tem, dentre outros pesquisadores, Garvin (1987); Harvey e Green (1993); Morosini (2001); Dias Sobrinho (2008a); Sousa (2009); Harvey e Williams (2010).

Morosini (2001) compreendeu estarem interligados a educação superior e qualidade aos conceitos de isomorfismo (desempenho padronizado educacional); diversidade e equidade (indicadores qualiquantitativos nos contextos institucionais).

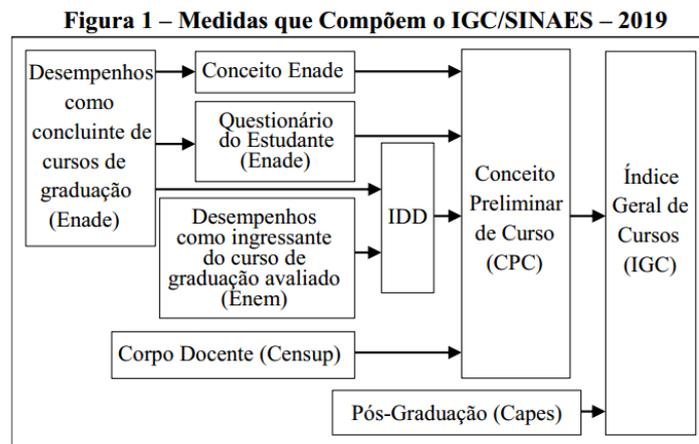
Para Rios (2010, p.64) a qualidade do ensino não é dicotômica das peculiaridades socioeconômicas e histórico, de maneira que “uma análise crítica da qualidade deverá considerar todos esses aspectos, articulando aqueles de ordem técnica e pedagógica aos de caráter político-ideológico.”

As avaliações de qualidade utilizam da avaliação da pós-graduação pois está possui processo mais fidedigno de qualidade.

A metodologia avaliativa da Capes é realizada através de cursos *in loco* – denominado Ficha de Avaliação – itens avaliativos parametrizados em torno de uma escala de valores que vão de um a cinco (fraco, deficiente, regular, bom, muito bom); seguindo também aspectos específicos conforme as características dos programas, a

saber: a) natureza – acadêmica ou profissional; b) áreas de conhecimento; c) pertencimento, ou não, ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) – proposta de curso ou curso em funcionamento; e d) tempo de permanência no SNPG – curso novo ou curso consolidado (SOUZA, 2017).

A metodologia avaliativa qualitativa abrange, compreendem aspectos como o desempenho dos discentes via ENADE, índices de insumos e diferença de desempenho (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 821), culminando no IGC – Índice Geral dos Cursos (Figura 1).



A avaliação realizada pelo SINAES dá-se em ciclos avaliativos a cada três anos, sendo subdividida por áreas.

Dados do INEP de 2016, por exemplo, informam decréscimo percentual das graduações de 3,34%, passando de um conceito de 3,09 (2010) para 2,99 (2010). Em 2007, o crescimento ocorreu acima de 5%, especificamente 5,57%, com aumento qualitativo das UFs. De 2008 e 2017, observa-se uma redução na qualidade, pois em 2010, o indicador da qualidade era 3,11, passando a 3,01 em 2017. Para 2009 a 2015, tem-se o indicador médio de seus cursos era igual a 2,99, chegando a 2,97 em 2015 (LIMA et al, 2020).

2.4. A meritocracia

Por meritocracia, trata-se de um modelo consideravelmente eficaz de combate a toda e qualquer discriminação social (BARBOSA, 2003; VALLE & RUSCHEL, 2010).

Para Barbosa (2003a:12), a meritocracia é um sistema de governo ou outra organização que considera o mérito (aptidão) a razão para se atingir determinada posição. A palavra meritocracia tem origem no latim, mereocracia, significando meritum (merecer, obter) e cracia (sistema).

A meritocracia apresenta aspectos de (BARBOSA, 1996):

- ordenação social, cuja capacidade individual de realizar determinada ação e/ou opinião em uma determinada hierarquia, baseia-se nos seus talentos ou esforço pessoal;
- Posição socioeconômica das pessoas, ou seja, o status deve ser ocupado pelos melhores com base no desempenho individual.

2.5 Perfil socioeconômico dos discentes do curso de Medicina Veterinária no Brasil

O ano 2003 marca o aumento quantitativo de Universidades públicas e privadas, com conseqüente aumento de egressos graduandos.

Através de questionário do ENADE seus questionários complementares – impressões dos estudantes sobre a prova; do estudante e do coordenador(a) do curso, questionário socioeconômico – torna-se possível analisar os dados, traçando um perfil sócio econômico do discente de graduação.

O questionário socioeconômico apresenta, por exemplo, perguntas relacionadas a: cor do estudante; renda mensal da família do estudante; origem escolar do estudante; escolaridade dos pais do estudante.

2.5.1 Dados ENADE 2013

Em um total de 7.269 estudantes de Medicina Veterinária que fizeram a prova, 67,6% estudavam em Universidades, 9,3% em Centros Universitários e 23,1% inseridos em Faculdades. Na região Nordeste, houve a participação de 884 alunos, 80,8% em Universidades, 6,4% em Centros Universitários. Paraíba, Acre e Rio Grande do Norte foram os Estados com menos alunos inscritos.

Estudantes do sexo feminino foram 32,0% e até 24 anos. Quanto a cor, 74,8% dos estudantes se declararam como brancos(as); 19,7% pardos(as)/mulatos(as); 1,7% dos estudantes se declarou amarelo(a); 3,3% negros(as); 0,5% indígena (ENADE, 2013).

A renda familiar, 40,6% dos estudantes com seis salários mínimos ou R\$ 4.068,01 e 8,6% dos estudantes declararam que a renda familiar era de até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.017,00). Aproximadamente 67,4% responderam não ter renda e com gastos quitados por familiares e outras pessoas; houve ainda os alunos (7,0%).

O grau de escolaridade de escolaridade do pai apresentou percentual de 34,8% ensino médio, 15,1% ensino fundamental, 27,9% ensino superior, 2,0% nenhuma escolaridade, 8,9% pós-graduação. O nível de escolaridade da mãe igualou-se ao dos pais quanto ao ensino médio, mas apresentou diferença no ensino superior e pós-graduação (15,3%), bem como 0,9% para nenhuma escolaridade.

Os alunos vindos de escolas públicas foram de 31,3% e, 41,4% advindos de escolas privadas.

O tempo destinado aos estudos, pesquisas além do horário de aulas (mais de uma hora por semana), em Medicina Veterinária, foi correspondente a 38,3% do total (16,9% do sexo masculino e 21,5% do sexo feminino).

2.5.2 Dados ENADE 2016

A região Nordeste teve a maior proporção de cursos de Universidades (73,9%). Quanto os Estados com menor participação, tem-se: Alagoas, Piauí, Sergipe, Maranhão, Amazonas, Rio Grande do Norte, Tocantins e Acre. Houve considerável abstenção entre os estudantes de Instituições Públicas (4,6%) comparada as Instituições Privadas (6,7%).

Dos alunos de Medicina Veterinária, 64,7% foram do sexo feminino e idade inferior a 24 anos; 2,3% pretas; 45,1% brancas; 13,7% pardas;

Segundo a forma de ingresso no curso, especificamente Políticas Públicas de Educação, os alunos responderam sobre a cor e/ou raça:

- 2,9% não declarantes;
- 68,3 % de branca;
- 22,1% parda;
- 3,9% preta;
- 2,5% amarela;
- 0,3% indígena

Quando se considera também o Ingresso por política de ação afirmativa ou inclusão social, é maior a proporção dos que se declararam brancos ou amarelos entre os que não ingressaram por alguma política de ação afirmativa ou inclusão social. A situação inversa se observa para os que se declararam pretos, pardos ou indígenas (MEC/Inep/Daes - Enade/2016, p.118).

A faixa de renda familiar mensal apresentou 21,2% estudantes com 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.320,01 a R\$ 2.640,00) e, 4,4% a 12,4% com aproximadamente 1,5 salário mínimo.

Acerca da escolaridade dos pais: 67,5% o pai possui o ensino médio; 23,0% ensino superior e 17,0% ensino fundamental. Quanto à escolaridade da mãe, 35,6% com ensino médio; 76,6% ensino superior.

Do tempo ocupado com estudos, 23,4% do sexo feminino e 14,8% do sexo masculino dedicam uma a três horas por semana.

2.5.3 Dados ENADE 2019

A região Nordeste teve 4.775 participantes, com 57,7% de Universidades, 21,7% de Centros Universitários. Constatou-se que os estudantes da Área de Medicina eram, em sua maior parte, do sexo feminino.

Segundo a forma de ingresso no curso, especificamente Políticas Públicas de Educação, os alunos responderam sobre a cor e/ou raça:

- 67,1% branca;
- 24,3% parda;
- 3,4% preta;
- 2,5% amarela;
- 0,3% indígena;
- 2,4% não declarantes

Os alunos que se autodeclararam pardos e ingressaram através de Política de Ação Afirmativa ou Inclusão Social, teve registro consideravelmente maior quando comparado a ENADE anterior.

Da renda mensal familiar declarada, 10% a 30% recebem de (R\$ 9.540,01 a R\$ 28.620,00) e 6,8% com renda familiar de até 1,5 SM (até R\$ 1.431,50). Alunos

contemplados com bolsa de estudo ou financiamento foram 43,4% – porcentagem decrescem com o aumento da renda, sendo maiores entre brancos e pardos e menores entre pretos e amarelos.

Pai concluiu o ensino superior foi de 37,2%; 27,9% ensino médio, 6,3% ensino fundamental e 1,0% nenhuma escolaridade. Quanto à escolaridade da mãe, 38,5% com Ensino Superior.

3. METODOLOGIA

3.1 Fonte de dados

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo estas informações adquiridas a partir do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Este exame é responsável por analisar o desempenho geral dos egressos dos cursos de graduação e, apresentando por fim, o nível de aprendizado dos alunos que integram os cursos superiores do país.

A amostra, para a presente pesquisa, refere-se aos discentes de Medicina Veterinária do Campus de Ciências Aplicadas/UFPB. A amostra do ano de 2013 foi de 7 alunos, enquanto que nos anos de 2016 e 2019 foi de 54 alunos.

3.2 Tratamento e análise de dados

A pesquisa tem caráter descritivo elenca as características de determinada população, grupo ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis e, define sua natureza que possibilitará uma melhor caracterização dos perfis dos alunos.

Quanto à metodologia, a escolhida foi a qualiquantitativa que interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação e interação participativa” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

3.3 Modelo Estatístico: Mínimos Quadrados Ordinários

3.3.1 Modelo estatístico

Visando identificar as possíveis correlações entre o desempenho acadêmico dos estudantes e seus respectivos contextos socioeconômicos, recorre-se a um modelo de regressão múltipla (MRM) para a representação estatística da relação entre as variáveis explicativas e a variável dependente.

Considere a seguinte modelo de determinação de desempenho acadêmico:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 FE_i + \beta_2 C_i + \beta_3 S_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde o desempenho acadêmico (Y_i) do estudante i , mensurado pela nota geral obtida no ENADE, é uma função de:

E_i = variável de esforço individual (horas dedicadas aos estudos fora de sala de aula);

C_i = características individuais do estudante (raça, gênero);

S_i = vetor de variáveis que compõem as características socioeconômicas do estudante (situação no trabalho, escolaridade da mãe, classe social, se estudou em escola pública, etc.);

ε_i = um termo de erro que captura os determinantes não observáveis dos discentes.

Objetiva-se calcular estimativas não enviesadas de β , captando os efeitos de todas as covariadas utilizadas (E_i , C_i e S_i) no modelo sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, *ceteris paribus*.

a) Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)

O método trata-se de uma estratégia de otimização matemática que busca ajustar uma base de dados a fim de minimizar a soma dos quadrados dos resíduos entre o valor estimado e os dados observados. Para Hill, Judge e Griffiths (2010), essa técnica utiliza-se dos quadrados das diferenças com a intenção de evitar que grandes resíduos positivos sejam cancelados pelos negativos.

3.3.2 Variáveis

A fim de se atingir os objetivos previamente levantados por essa pesquisa, as variáveis utilizadas nessa etapa podem ser sintetizadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Variáveis utilizadas no Modelo de MQO

Dimensões	Variáveis	Descrição
-----------	-----------	-----------

Variável dependente	<i>nota_geral</i>	Variável quantitativa, que representa, em pontos, a nota geral obtida pelo estudante, podendo variar de 0 a 100.
Variáveis explicativas	<i>h_estudo</i>	Assume valor igual a 1, se o estudante dedica de 4 a 12 horas/semana para os estudos fora de sala de aula; assume valor igual a zero, se dedica até 3 horas/semana.
	<i>Sexo</i>	Assume valor igual a um, se do sexo feminino; igual a zero, caso contrário.
	<i>n_branco</i>	Assume valor igual a um, se da cor/raça que não seja branca; igual a zero, se autodeclarou branco.
	<i>sit_trabalho</i>	Assume valor igual um, se o estudante trabalha; igual a zero caso contrário.
	<i>escola_publica</i>	Assume valor igual um, se o estudante fez o ensino médio, na maior parte, em escola pública; igual a zero caso contrário.
	<i>escolaridade_mae</i>	Assume valor igual a um, se a mãe do estudante possui ensino superior ou mais; igual a zero, caso contrário.

Fonte: Elaboração própria

Importante destacar que a escolha dessas variáveis tomou como base as evidências reportadas na literatura, bem como se recorreu à realização de testes formais de especificação, como: i) o *stepwise backward e forward*, que visa identificar a inclusão ou remoção de variáveis no modelo e ii) o Teste de Ramsey (1969), que objetiva apontar problemas decorrentes de variáveis omitidas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos mediante análise das respostas ao questionário socioeconômico do ENADE, nos anos de 2013, 2016 e 2019 e, expressos pelas variáveis idade, gênero, renda, cor, raça, etnia, nível de escolaridade dos pais e desempenho acadêmico, apresentam-se os resultados, a seguir (o *layout* consta a transcrição das perguntas e respostas dos alunos)

4.1 Perfil socioeconômico dos egressos de Medicina veterinária da UFPB

• Raça/cor

As mudanças no perfil dos alunos, ingressos em cursos de graduação, foram notórias a partir da criação e implantação de políticas públicas de educação superior a partir de 2005. Houve aumento na quantidade de alunos oriundos de escolas públicas, baixa renda, pobres, pretos, pardos e indígenas (NOGUEIRA et al, 2017, p. 3).

Dados gerais da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), de 2014, em um total de 939.604 de matrículas nas Universidades Federais, 452.942 (48%) foram de alunos pretos, pardos e indígenas. A partir de 2013, uma década após Lei nº 12.711 (Lei das Cotas), pretos e pardos juntos ultrapassaram 14,28% dos alunos brancos graduandos (Figura 2).

Embora dados do MEC (2014) mostrem aumento acima de 50% no número de indígenas matriculados em Universidades públicas e privadas, no contexto do alunado do Curso de Medicina veterinária analisado não se declararam como tais ou estiveram ausentes.

No ano de 2016 a distribuição dos alunos, segundo a sua Cor ou raça, reafirma a dicotomia quantitativa por cor/raça, mas também o aumento do número de alunos autodeclaração – como a pessoa se percebe em relação à sua cor ou raça – como pardos e amarelos (Tabela 1). Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) compreende-se por amarelos os descendentes de asiáticos, como japoneses, chineses ou coreano e, pardos são descendentes da miscigenação de negros e brancos e/ou negros com indígenas.

Em todos os anos analisados, é possível identificar a relevância das políticas de ação afirmativa ou inclusão social, sobretudo no que concerne aos percentuais dos pardos. Todavia, há situação consideravelmente inversa quanto a pretos e indígenas (ausentes), com representatividade relativamente baixa no curso de Medicina Veterinária do CCA.

Apesar da presença das existências de autodeclarados indígenas, através das políticas públicas na educação, há questionamento acerca da baixa quantidade de estudantes indígenas no Cursos de graduação de medicina Veterinária/UFPB (Figura A), uma vez que, segundo DAL BÓ (2019) “a apropriação de espaços é outra forma de ação política característica da presença de estudantes indígenas nas universidades.”

Já os estudantes que se autodeclararam como amarelos tiveram representatividade apenas no de 2016, sendo 11,1% dos egressos do curso. Nesse sentido, segundo Rousseff (2013), compreende-se por amarelos os descendentes de asiáticos, como japoneses, chineses ou coreano e; pardos são descendentes da miscigenação de negros e brancos e/ou negros com indígenas.

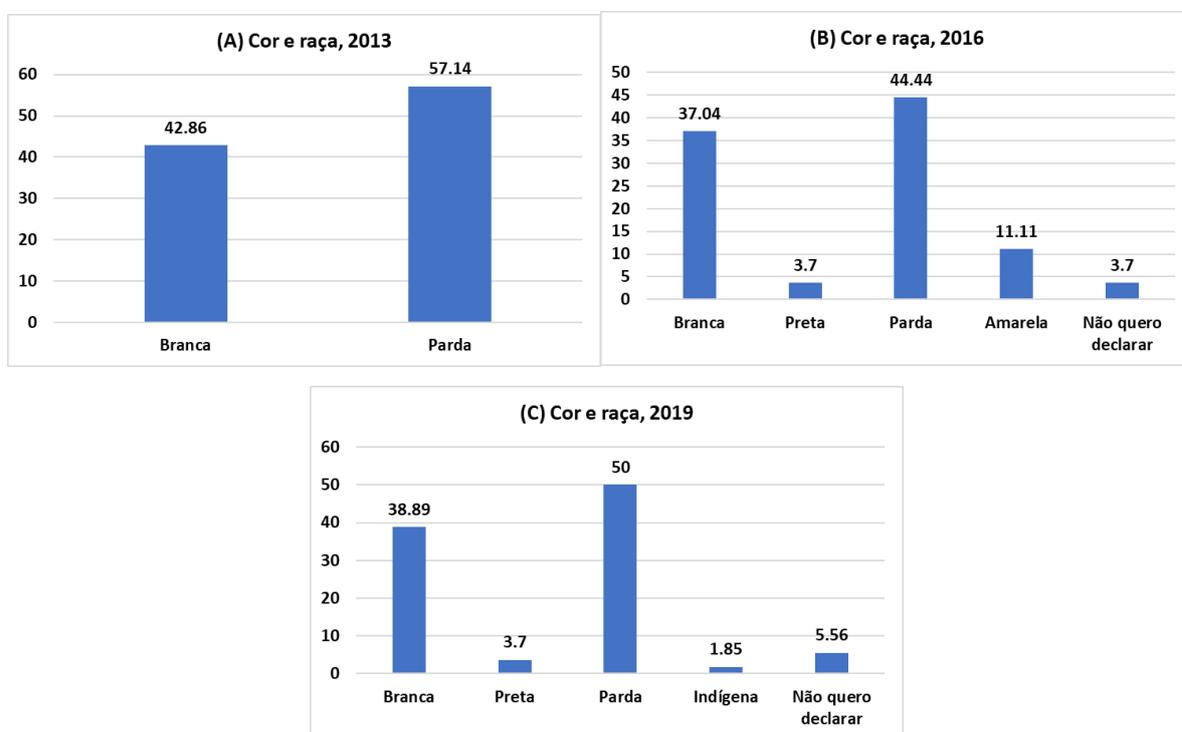


Figura 02: Cor e raça dos estudantes da Medicina Veterinária - 2013, 2016 e 2019.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

- **Sexo**

O quantitativo de mulheres com curso superior completo tem se tornado constante desde antes de 2014, resultado de políticas públicas que asseguram os direitos da mulher.

Conforme o Inep, em 2013, por exemplo, o percentual médio de ingresso de mulheres atingiu 55% do total em cursos de graduação presenciais – tendo 491 mil mulheres graduadas e 338 mil homens (MEC, 2013).

A partir da Tabela 1 pode se ver que, majoritariamente, o curso de Medicina Veterinária da UFPB é composto pelas mulheres, em todos os anos analisados. Tais achados, dentro das Ciências Agrárias, insere o Curso de Medicina Veterinária em uma posição destoante dos demais cursos dessa área, conhecidos historicamente, pela participação mais elevada dos homens.

Em 2016 os estudantes de Medicina Veterinária/UFPB apresentam porcentagem consideravelmente próxima, todavia, prevalece, assim como em 2013, alunas do sexo feminino (51,85%) (Tabela 1).

A inserção e a participação das mulheres na Ciência, ao longo da História, são marcadas por ausências forçadas, dicotomia por gênero, discursos machistas, perseguições, “invisibilidade”, anonimatos. Os dados apresentados na tabela abaixo refletem a persistência das mulheres na Ciência, como sujeitos ativos.

Tabela 1: Sexo dos estudantes – 2013, 2016 e 2019.

Sexo do estudante	2013	2016	2019
Masculino	37,5	48,15	40,74
Feminino	62,5	51,85	59,26
Total (frequência/percentual)	7 (100%)	54 (100%)	54 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

- *Escolaridade dos pais*

Observando-se a evolução dos dados, percebe-se que a escolaridade da mãe, quando comparada à declarada para o pai, apresentou-se avanços significativos desde 2013, corroborando com os dados anteriormente mencionados sobre maior quantitativo feminino nos cursos de graduação e pós graduação (Tabelas 2 e 3).

Os resultados evidenciam que, em relação à escolaridade dos pais, os estudantes de Medicina Veterinária, majoritariamente, para os três anos em análise, são filhos de homens que possuem até o ensino médio. Já a escolaridade das mães revela que esses estudantes são filhos de mulheres que, a partir da edição de 2016, possuem, majoritariamente, ensino superior ou pós-graduação.

Tabela 2: Escolaridade dos pais dos estudantes – 2013, 2016 e 2019.

Escolaridade dos pais do estudante	2013	2016	2019
Nenhuma	14,29	7,41	7,41
Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).	14,29	18,52	12,96
Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).	0,00	12,96	7,41
Ensino médio	42,86	33,33	46,30
Ensino superior – Graduação	28,57	22,22	22,22
Pós-graduação	0,00	5,56	3,70
Total (frequência/percentual)	7 (100%)	54 (100%)	54 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

Tabela 3: Escolaridade das mães dos estudantes – 2013, 2016 e 2019.

Escolaridade das mães do estudante	2013	2016	2019
Nenhuma	0,00	0,00	1,85
Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série)	14,29	12,96	11,11
Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série)	14,29	9,26	11,11
Ensino Médio	42,86	25,93	25,93
Ensino Superior – Graduação	14,29	27,78	31,48
Pós-graduação	14,29	24,07	18,52
Total (frequência/percentual)	7 (100%)	54 (100%)	54 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

Tais resultados, dentro do Centro de Ciências Agrárias da UFPB, também são relativamente destoantes, haja vista que, nos demais cursos, prevalece a origem familiar com menos anos de estudos, segundo os próprios dados do ENADE.

• *Nível de renda*

Em relação às condições financeiras dos estudantes, os dados apontam que a maioria, em todos os anos analisados, não possui renda e/ou sustento próprio para a sua manutenção, sendo financiados por familiares ou outrem.

Quanto aos estudantes que recebem auxílio financeiro da família ou outrem, em 2013, quase 43% desses estudantes advêm de famílias que recebem de 1,5 a 3

salários mínimos (R\$ 1.017,01 a R\$ 2.034,00); 14% se originam de famílias que recebem de 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 3.051,01 a R\$ 4.068,00). Com o avançar dos anos, percebe-se que a participação de estudantes, pertencentes a famílias de maiores estratos de renda, vem aumentando, a exemplo do que se verifica na faixa de 6 a 10 salários mínimos e acima de 30 salários mínimos, em 2019.

Assim, pode-se considerar que, de um modo geral, o egresso do curso de Medicina Veterinária da UFPB se origina das classes sociais D e E (até 4,5 salários mínimos), mas que, com o passar dos anos, a participação de estudantes das classes A, B e C vem aumentando.

Tabela 4: Rendimento familiar do estudante – 2013, 2016 e 2019.

Rendimento familiar do estudante	2013	2016	2019
Até 1,5 salário mínimo	14,29	29,63	29,63
De 1,5 a 3 salários mínimos	42,86	37,04	27,78
De 3 a 4,5 salários mínimos	28,57	16,67	16,67
De 4,5 a 6 salários mínimos	14,29	9,26	3,70
De 6 a 10 salários mínimos	0,00	3,70	16,67
De 10 a 30 salários mínimos	0,00	3,70	1,85
Acima de 30 salários mínimos	0,00	0,00	3,70
Total (frequência/percentual)	7 (100%)	54 (100%)	54 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

- *Escola onde concluiu o Ensino Médio*

O percentual de estudantes advindos de escola privada, em todos os anos analisados, supera o percentual de estudantes que fizeram o ensino médio todo em escola pública (Tabela 5). Tal resultado demarca o estudante desse curso em uma situação de privilégio se comparado ao perfil do estudante brasileiro de instituições públicas de ensino superior e, do próprio CCA da UFPB, que advêm, em maioria, de escolas públicas (ENADE, 2019).

Tabela 5: Tipo de escola que concluiu o EM – 2013, 2016 e 2019.

Tipo de escola que concluiu o ensino médio	2013	2016	2019
Todo em escola pública	28,57	38,89	42,59
Todo em escola privada (particular)	57,14	48,15	50,00
A maior parte em escola pública	0,00	5,56	5,56
A maior parte em escola privada (particular)	14,29	7,41	1,85
Total (frequência/percentual)	7 (100%)	54 (100%)	54 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

- *Situação no trabalho*

Os dados do ENADE também retratam a situação daqueles que, concomitantemente à graduação, exercem atividades remuneradas (Figura 02),

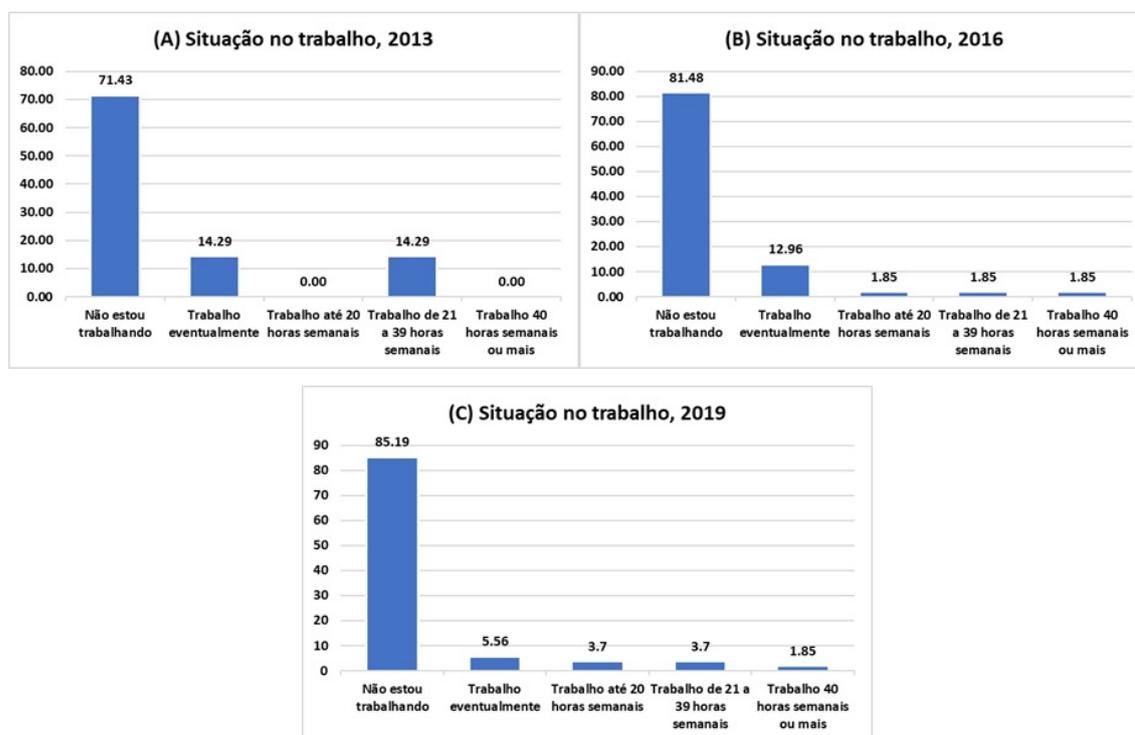


Figura 03: Situação no trabalho dos estudantes da Medicina Veterinária - 2013, 2016 e 2019. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

Em todos os anos analisados, percebe-se que a maioria desses alunos não estava desenvolvendo nenhum tipo de trabalho, o que pode ser explicado pelo fato de o curso ser ofertado em período integral. Já para a minoria que declarou desempenhar algum trabalho, provavelmente, a rotina dupla entre trabalho e estudos reflete no desempenho acadêmico, bem como tempo de conclusão de curso.

- *Horas de estudo*

Essa variável busca captar a quantidade de horas semanais dedicadas aos estudos, fora de sala de aula.

Dados do ENADE, 2013 e 2016, indicaram que a maioria dos egressos, 57,14% e 37,04%, respectivamente, dedicavam de oito a doze horas semanais aos estudos. Em 2019, a maioria dos estudantes (48,15%) dedicou-se de quatro a sete horas de

estudo. (Tabela 6). Ou seja, curso de Medicina Veterinária vem apresentando um perfil de estudante que, a cada ano, vem destinando menos horas para os estudos para além da sala de aula.

Tabela 6: Quantas horas de estudo semanalmente dos alunos – 2013, 2016 e 2019.

Quantas horas por semana de estudo	2013	2016	2019
Nenhuma, apenas assisto às aulas	0	3,7	0
De uma a três	14,29	24,07	37,04
De quatro a sete	28,57	24,07	48,15
De oito a doze	57,14	37,04	9,26
Mais de doze	0	11,11	5,56
Total (frequência/percentual)	7 (100%)	54 (100%)	54 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

4.2 Políticas públicas de acesso, assistência e permanência no curso de Medicina Veterinária da UFPB

• Políticas de ações afirmativas

A respeito da maneira de ingresso no curso de graduação no ano de 2016 (Figura 03), mais de 80% não entrou através de políticas de ação afirmativa ou inclusão social – representadas programas de cotas, cuja prioridade reside na inserção social de grupos minoritários (étnicos, raciais, estudante de escola pública, limitações físicas). O percentual idêntico para étnico-racial e ambos (étnico racial e escola pública) são temas que serão discutidos quando da revisão da Lei de cotas e políticas de ação afirmativa ou inclusão social que ocorrerão em 2023.

Em 2019, embora o percentual de estudante do Curso de Medicina Veterinária oriundo de escola pública tenha sido relativamente alto (quase metade dos estudantes), percebe-se que poucos adentraram o ensino superior perante esse critério.

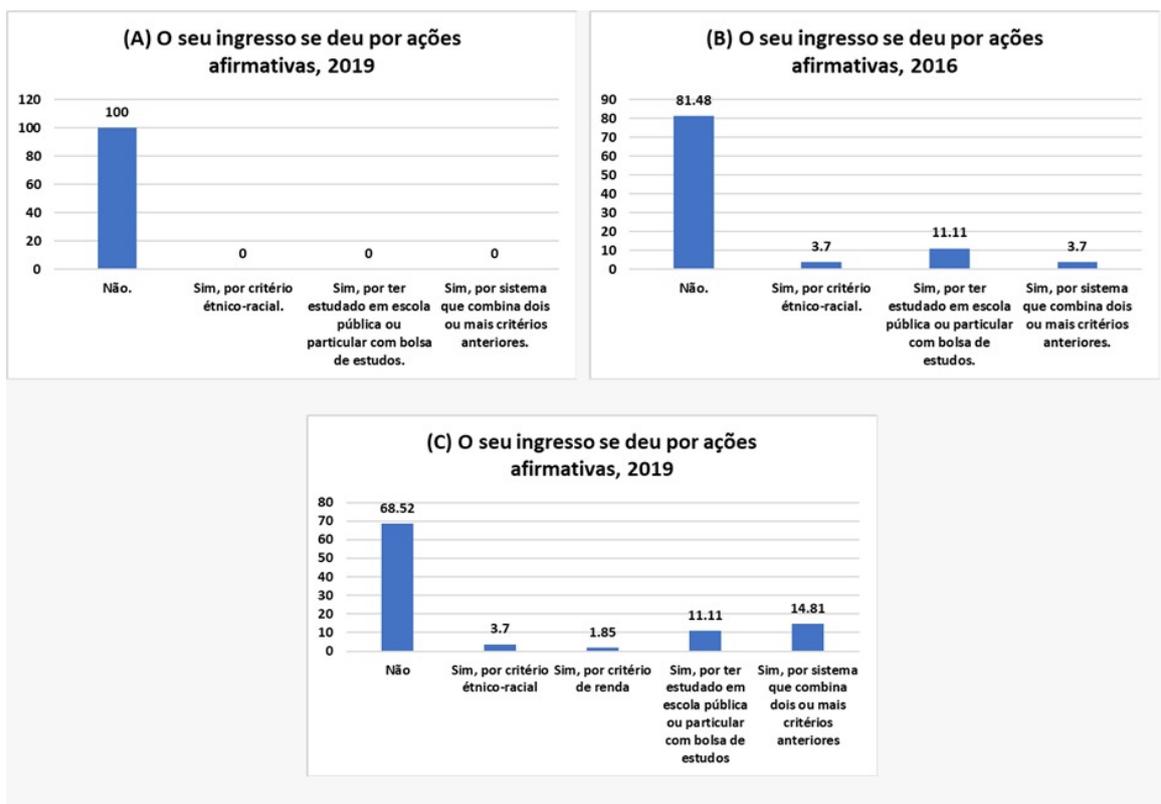


Figura 04: Ingresso por políticas afirmativas dos estudantes da Medicina Veterinária - 2013, 2016 e 2019.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

• Auxílios

As políticas públicas de educação, mais especificamente os auxílios governamentais estudantis, possibilitaram o acesso e permanência de muitos estudantes em cursos de graduação e pós graduação, de maneira que as condições socioeconômicas não se tornassem o principal empecilho para os mesmos.

Em 2013, declararam não possuir renda e, cujas despesas são financiadas por programas governamentais: quatro alunos com 57,14% PIBIC e demais com outros auxílios.

Os gráficos, permitem vislumbrar uma equivalência entre percentual de alunos em 2019 não contemplados com auxílios; os demais auxílios apresentam percentual inferior a 20%.

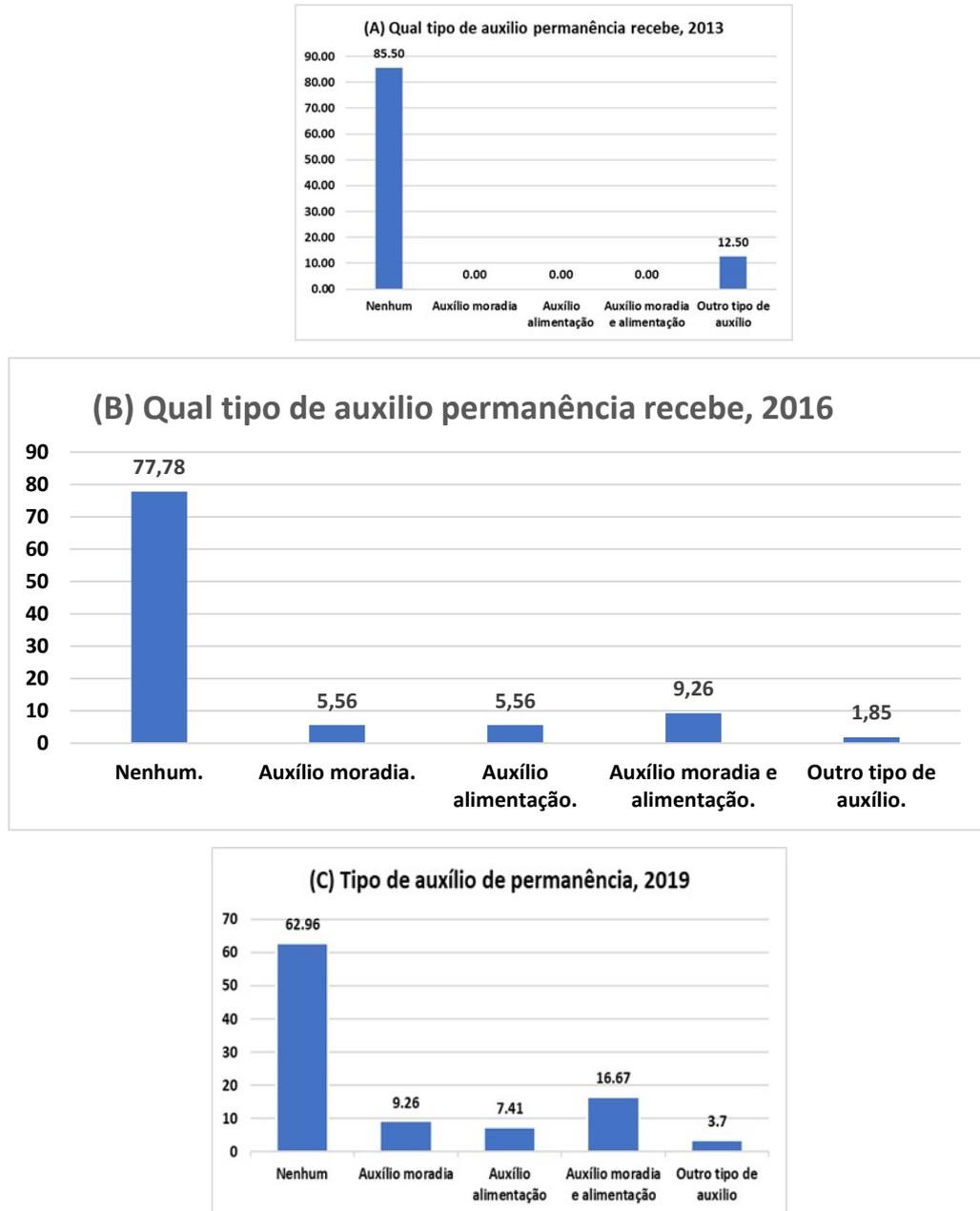


Figura 05: Tipo de auxílio que os estudantes da Medicina Veterinária recebem - 2013, 2016 e 2019.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ENADE.

Em geral, os dados do Figura 06 apontam que o estudante de Medicina Veterinária da UFPB, em maioria, não se utiliza de nenhum tipo de auxílio permanência, o que pode ser explicado pelo perfil socioeconômico desses estudantes frente ao dos estudantes dos demais cursos do CCA/UFPB, relativamente menos favorecidos em percepção de rendimentos familiares. Contudo, apreende-se que tais políticas tenham considerável importância, especialmente para aqueles que se

inserir nos estratos mais baixos das classes socioeconômicas: os que vêm de famílias que recebem até 1,5 salários mínimos por mês.

4.3 Análise do desempenho acadêmico dos estudantes e do Modelo Empírico de MQO

Em termos de notas obtidas, no ENADE, pelos estudantes de Medicina Veterinária, do CCA/UFPB, pode-se apreciar os seguintes resultados: a média geral, de 2013 a 2019 elevou-se em 4,81 pontos. Importa destacar que a nota geral, no ENADE, varia de 0 a 100 pontos e é composta pelas notas na prova de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos. (Figura 06).

A nota máxima registrada pelos egressos também apresentou um incremento entre os anos analisados: 10,1 pontos de 2013 a 2019. A nota mínima registrou um decréscimo em 2016, voltando a aumentar em 2019. (Figura 06).

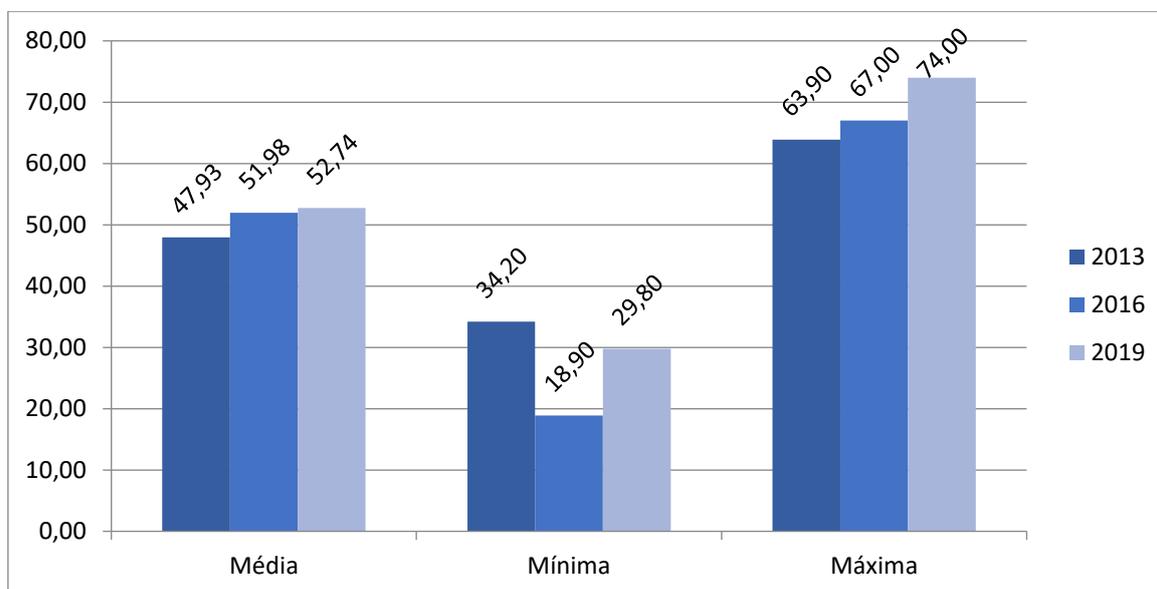


Figura 06: Notas gerais dos estudantes de Medicina Veterinária, do CCA/UFPB, no ENADE 2013, 2016 e 2019.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do ENADE 2013, 2016 e 2019.

Uma vez analisados os resultados dos discentes, em termos de notas, busca-se, estatisticamente, identificar as possíveis correlações entre o desempenho acadêmico dos estudantes, do Curso de Medicina Veterinária do CCA/UFPB, e seu contexto socioeconômico. Nesse sentido, implementou-se, a seguir, o modelo de

regressão múltipla (MRM), conforme apresentado na Equação 1, nos procedimentos metodológicos.

Os resultados apresentados na Tabela 6 indicam que, todas as variáveis explicativas do modelo estatístico mostraram-se significativas ao nível de significância de 1%. Também, pode-se observar que todos os coeficientes se apresentam em conformidade com os pressupostos teóricos.

Figura 07: Determinantes do desempenho acadêmico dos estudantes de Medicina Veterinária do CCA/UFPB

Número de observações	= 115			Prob > F = 0,0000* R2= 0,0694 R2 ajustado= 0,0694
Método de Estimação: Mínimos Quadrados Ordinários				
<i>Desempenho acadêmico (Y)</i>		Nota geral do estudante, no ENADE (2013,2016,2019)		
Variáveis Explicativas (X)	Descrição	Coefficiente	Desvio-padrão	P>t
<i>h_estudo</i>	Assume valor igual a 1, se o estudante dedica de 4 a 12 horas/semana para os estudos fora de sala de aula; assume valor igual a zero, se dedica até 3 horas/semana	3,124	0,044	0,000*
<i>Sexo</i>	Assume valor igual a um, se do sexo feminino; igual a zero, caso contrário.	-1,733	0,045	0,000*
<i>n_branco</i>	Assume valor igual a um, se da cor/raça que não seja branca; igual a zero, se autodeclarou branco.	-1,331	0,044	0,000*
<i>sit_trabalho</i>	Assume valor igual um, se o estudante trabalha; igual a zero caso contrário.	-1,898	0,045	0,000*
<i>escola_publica</i>	Assume valor igual um, se o estudante fez o ensino médio, na maior parte, em escola pública; igual a zero caso contrário.	-2,878	0,054	0,000*
<i>escolaridade_mae</i>	Assume valor igual a um, se a mãe do estudante possui ensino superior ou mais; igual a zero, caso contrário.	1,829	0,057	0,000*
<i>classe_media</i>	Assume valor igual um, se o estudante pertence às classes A, B ou C; igual a zero caso contrário.	3,376	0,052	0,000*

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do ENADE 2013, 2016 e 2019.

Notas: *p<0,01.

Utilizada como uma variável que visa captar os esforços individuais dos discentes, a variável *h_estudo* sugere que o estudante que dedicou de 4 a 12 horas/semana para os estudos fora de sala de aula, apresentou um ganho de 3,1 pontos em sua nota geral, no ENADE, em comparação com aqueles que dedicaram, no máximo, de 3 horas/semana.

A importância da dedicação de horas de estudo, fora da sala de aula, pode ser confirmada pelo coeficiente da variável *sit_trabalho*, uma vez que se aponta uma perda de, aproximadamente, 1,9 pontos na média geral do estudante que desempenha algum trabalho, frente àqueles que não trabalham e se dedicam, exclusivamente, aos estudos.

Em relação às características dos estudantes, os resultados podem assim ser sintetizados: o fato da estudante ser do sexo feminino sugere que a nota geral no ENADE se reduziria em 1,7 pontos; o fato de ser de uma cor/raça não branca está associado a uma redução de 1,3 pontos na média geral; se oriundo de escola pública, a nota geral estaria associada a uma queda de, aproximadamente, 2,9 pontos. Aqui, vale destacar que não são as características biológicas do estudante que o fazem menos capaz, mas, provavelmente, pelo fato dessas características estarem associadas às circunstâncias sociais e econômicas menos favoráveis a esses grupos, ensejando menos oportunidades e maiores dificuldades de dedicação às atividades acadêmicas.

Por fim, as variáveis que complementam o contexto socioeconômico dos estudantes, sugerem que: o fato de ser filho de uma mãe que possui ensino superior representa um ganho de 1,8 pontos na média geral. Já o fato de ser um estudante pertencente à classe média (ou superior) associa-se a um incremento de 3,4 pontos na média geral do ENADE, o maior impacto dentre as variáveis investigadas no modelo. Assim, essas duas últimas variáveis reforçam o impacto do contexto socioeconômico no desempenho acadêmico dos estudantes: o capital educacional da família, bem como uma situação econômica mais favorável, pode gerar um ambiente mais confortável e propício ao desempenho dos estudantes, no ensino superior.

5. CONCLUSÃO

À medida que eram realizadas as análises dos dados referentes ao perfil socioeconômico dos alunos do Curso de Medicina Veterinária/UFPB, alguns aspectos tornaram-se evidentes, por exemplo, a criação e implantação das Políticas Públicas de educação/ações inclusivas teve efeito direto no aumento de ingressantes pardas, todavia, sugerimos mais pesquisas acerca do quantitativo ausente e/ou baixo de indígenas. Sugerimos mais estudos sobre a permanência e conclusão da graduação dos alunos pretos, pardos e indígenas, pois ingressar é somente um dos passos, fases de uma graduação.

Ao nos depararmos com o percentual de alunas, nos remetemos ao tema de redação do ENEM/2021 e, percebemos a relevância deste percentual não somente para a Ciência, mas para as mulheres/alunas, seus familiares, a sociedade. É também das alunas, o maior tempo dedicado aos estudos fora da sala de aula. Pudemos também constatar maior grau de escolaridade entre as mães dos alunos do Curso de Medicina Veterinária/UFPB. Algumas inquietações, perguntas também permearam este resultado e o desejo de posteriores pesquisas sobre, como, por exemplo: qual o motivo de percentual ausente ou diminuto de alunas indígenas, pretas? Como a jornada de trabalho, estudo e afazeres domésticos influencia na vida acadêmica destas alunas? Há alunas mães? Há relação entre gênero, misoginia e a quantidade de horas a mais dedicadas aos estudos?

A maioria dos estudantes não dispõem de renda própria, mas usufruem das condições financeiras da família, no entanto, também se constatou que uma pequena parte dos estudantes dependem de auxílios governamentais que proporcionam condições mínimas para que os mesmos consigam se manter durante o andamento do curso.

No que concerne à percepção do mérito, do esforço individual de cada discente, compreende-se, por essa pesquisa que, o comprometimento em se dedicar ao curso de graduação pode trazer impactos significativos para o desempenho dos estudantes. Contudo, essa não é única variável capaz de determinar o êxito do discente no Ensino Superior. Em verdade, até essa percepção de esforço/dedicação pode estar fortemente influenciada pelo contexto socioeconômico do aluno ou da aluna, pela classe social, pela necessidade de trabalhar, etc. O próprio capital educacional da família influencia, especialmente, os das mães.

Permanecemos nos questionando sobre a disparidade (cor, renda, cotas) dos que ingressam no curso vindos de escolas públicas e particulares. E, após análise estatísticas, leituras, pesquisas, descobertas, questionamentos, sugestões, não queríamos somente apresentarmos porcentagens e discussões dos resultados, mas colaborar com pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos alunos de Medicina Veterinária/UFPB. Para além de enxergarmos a influência do perfil socioeconômico na realidade cotidiana dos alunos e alunas, buscamos ir além das nossas zonas de conforto, a fim de visualizar a influência desse perfil socioeconômico sobre o desempenho dos graduandos e graduandas, do ponto de vista acadêmico, em termos de resultados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, L. (2003). **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ENADE. Brasília, 2016a.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2017.

Ministério da Educação. **Coronavírus: monitoramento das instituições de ensino**. Portal do Ministério da Educação. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 08 novembro 2022.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. BRASÍLIA, Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2010.

DAES/Diretoria de avaliação da Educação Superior. Relatório síntese de área Medicina Veterinária, ENADE 2013.

DAES/Diretoria de avaliação da Educação Superior. Relatório síntese de área Medicina Veterinária, ENADE 2016.

DAES/Diretoria de avaliação da Educação Superior. Relatório síntese de área Medicina Veterinária, ENADE 2019.

DAL BÓ, T. L.. **A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer** / Talita Lazzarin Dal Bó; orientadora Dominique Tilkin Gallois. - São Paulo, 2018.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar em Revista, nº 28, p. 17-36, 2006.

FOCHI; G. M.. **Contexto histórico-filosofico da educação**. Uniasselvi, 2017.

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21140-maioria-e-feminina-em-ingresso-e-conclusao-nas-universidades>

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>. Acesso em: 19 nov. 2022.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

LIMA, M. A.; MAIA, J. L.; CIASCA, M. I. F. L.; SOUZA, J.R. M. A.. **Avaliação da educação superior no Brasil: análise do Índice Geral dos Cursos (IGC) numa perspectiva quali/quantitativa**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 03, p. 622-639, nov. 2020 62

MARTINS, B., VIEIRA, M.M.. **Transformações recentes do ensino superior**. Educação Superior e os Desafios no Novo Século: contextos e diálogos Brasil-Portugal, 2014, cap 3.

MARTINS, A.C.P.. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cir. Bras. 17 (suppl 3), 2002.

MOROSINI, M. C.. **Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade**. Interface, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 89-102, 2001.

M. C.. **Qualidade na educação superior: tendências do século**. Est.Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, p. 165-186, maio/ago. 2009.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. **Ensino superior no brasil: uma visão abrangente**. In: DWYER, T. et al. Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. [S. I.]: IPEA, 2016. cap. 3, p. 95-124.

NEVES, C.E.B.; SAMPAIO, H.; HERINGER, R.. **A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil**. Revista Brasileira de Sociologia. v. 6, n. 12, p. 19-41. 2018.

NOGUEIRA, C. M. M.; NONATO, B.F; RIBEIRO, M.G; FLONTINO, D.R.S.. **Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais**. EDUR • Educação em Revista. 2017; 33:e161036.

Promessas e limites: O SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100116#fn2

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 31-42.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

RIOS, T.. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROQUETE DE MACEDO, A. R.; TREVISAN, L. M. V.; TREVISAN, P.; MACEDO, C. S. **Educação Superior no século XXI e a reforma Universitária Brasileira. Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 13, nº 47, p. 127-148, 2005.

ROUSSEFF, D. et al. **Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rio de Janeiro-RJ, 2013.

RUA, M. G.. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009

SHIROMA E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4.ed. RJ: Lamparina, 2007

SOUZA, D. G.; MIRANDA, J.C.; SOUZA, F.S.. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**.
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acessado em 08/11/22.

SOUZA, C.. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 27.

SOUZA, C.V..**Qualidade na educação superior: uma visão operacional do conceito**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 332-357, jul. 2017.

UNESCO [UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION] **COVID19 Educational disruption and response**. Paris: Unesco, 30 July 2020a. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363>. Acesso em: novembro de 2022.

ZAGO, N.. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 226- 237, ago. 2006.